



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

Ab
11/23
Antm

**Exmº. Senhor
Presidente da Assembleia da República**

REQUERIMENTO N.º 230/VII (2.a) - AC

**ASSUNTO: Conservatórias dos Registos Predial, Civil e Notariado e
Institutos de Reinserção Social de Alcobaça.**

1. O Ministério da Justiça adquiriu, há mais de 3 anos, um prédio urbano que serviu de sede da Cooperativa Agrícola de Alcobaça e que se situa nas imediações do Palácio da Justiça de Alcobaça.

2. Foi tornado publico que tal imóvel se destinaria à instalação, entre outros, dos seguintes serviços que funcionam sob tutela do Ministério da Justiça:

- Conservatórias dos Registos Civil e Predial
- Secretaria Notarial
- Instituto de Reinserção Social



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

3. A instalação destes serviços no novo edifício tinha, ainda, como objectivo "libertar" espaços do Palácio da Justiça de Alcobaça, e, concomitantemente, permitir a "expansão" dos serviços afectos aos tribunais para os espaços "libertados".

4. Tudo isto constitui uma política correcta, dado que é manifesta a necessidade de os tribunais instalados no Palácio da Justiça e de o Ministério Público verem as suas condições de trabalho melhoradas, de os advogados disporem de uma sala condigna, de os funcionários disporem de espaço, quer para o trabalho, quer para fins sociais, de haver espaços para as testemunhas, que vão deambulando pelos corredores e de criação de uma nova sala de audiências condigna.

5. Decorridos que são três anos sobre a aquisição do imóvel referido em 1., e passado que é mais de um ano sobre a posse do actual Governo constata-se que nada mudou considerando o que estava projectado para responder às necessidades referidas. Aliás, soube-se, através de anúncio publico que, no dia 20 de Novembro seria vendido um lote de terreno anexo ao prédio urbano referido em 1.

6. Face ao exposto requiere-se a V.Ex.^a que através do Ministério da Justiça, sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

a) Está ou estava, de facto, programada a transferência, para o prédio urbano referido em 1., dos serviços de Registos, Notariado e do Instituto de Reinserção Social?

b) Concomitantemente está ou estava programado que o Palácio da Justiça de Alcobaça seria integralmente afecto aos Tribunais, ao Ministério Público, e aos serviços conexos?

c) Na hipótese afirmativa, quais são os entraves actuais para que tais programas se concretizem?



PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

GRUPO PARLAMENTAR

d) Ainda na hipótese afirmativa, para quando se prevê a concretização de tais programas com indicação de datas finais da concretização.

e) Ainda na mesma hipótese, quais os custos para a concretização de tais programas?

f) Na hipótese negativa, qual o destino que vai ser dado ao imóvel referido em 1.?

Palácio de S.Bento, 20 de Novembro de 1996

O Deputado

Gonçalves Sapinho

